

A matriz de Acompanhamento e Avaliação – A&A para o sistema de gestão ambiental municipal: um estudo de caso no Município de Nova Esperança do Piriá (Pará) Brasil

Freitas Borges, Aerlen Clíssia

Universidade Federal do Pará, Brasil

 clissia.freitas@gmail.com

Sousa de Lima Elias, Leila Márcia

Universidade Federal do Pará, Brasil

 leilamarciaelias@hotmail.com

Documento recibido: 17/12/2018
Aprobado para publicación: 16/12/2019

Resumo

Este estudo apresenta um diagnóstico da situação da gestão ambiental do município de Nova Esperança do Piriá, localizado na região Nordeste do Estado do Pará, na Amazônia Brasileira, a partir da elaboração de um diagnóstico da gestão ambiental (proposta metodológica da GTZ, Agência Alemã de Cooperação Técnica) por meio da Matriz de Acompanhamento e Avaliação para o Sistema de Gestão Ambiental – A&A para o Sistema de Gestão Ambiental Municipal. Trata-se de um estudo documental de caráter exploratório, com o levantamento dos instrumentos legais emanados pelo município relacionados a gestão ambiental e a aplicação de entrevista aos principais gestores ambientais da cidade. Verificou-se que a gestão ambiental no referido município encontra-se em estágio regular, porém, após análise mais aprofundada das variáveis, constatou-se que os pontos positivos são incipientes para garantir uma gestão ambiental satisfatória, capaz de dar suporte às atividades econômicas pensadas para o município.

Palavras chave

Gestão Ambiental; Diagnóstico Ambiental; Desenvolvimento Sustentável, Pará, Brasil

Resumen

Este estudio presenta un diagnóstico de la situación de gestión ambiental en el municipio de Nova Esperança do Piriá, ubicado en la región noreste del estado de Pará, en la Amazonía brasileña, basado en la elaboración de un diagnóstico de gestión ambiental (propuesta metodológica GTZ, Agencia Alemana de Cooperación Técnica) a través de la Matriz de Monitoreo

y Evaluación para el Sistema de Gestión Ambiental - A&A para el Sistema Municipal de Gestión Ambiental. Se trata de un estudio documental exploratorio, con una encuesta sobre los instrumentos legales emitidos por el municipio, relacionados con la gestión ambiental y la aplicación de entrevistas a los principales gestores ambientales de la ciudad. Se verificó que la gestión ambiental en el municipio referido se encuentra en una etapa regular, sin embargo, luego de un análisis más profundo de las variables, se encontró que los puntos positivos son incipientes para garantizar una gestión ambiental satisfactoria y capaz de apoyar las actividades económicas clave del municipio-

Palabras clave

Gestión ambiental; Diagnóstico ambiental; Desenvolvimento sustentável. Pará, Brasil

Abstract

This study presents a diagnosis of the environmental management situation in the municipality of Nova Esperança do Piriá, located in the Northeast region of the State of Pará, in the Brazilian Amazon. This study is based on the elaboration of an environmental management diagnosis under GTZ methodological proposal, through the Monitoring and Evaluation Matrix for the Environmental Management System - A&A for Municipal Environmental Management System. This is an exploratory documentary study, with a survey of legal instruments issued by the municipality related to environmental management and interviews with chief environmental managers in the city. It was found that the environmental management in that municipality is in a regular stage, however, further analysis suggest that the positive points are incipient to guarantee a satisfactory environmental management for supporting key economic activities in the municipality.

Keywords

Environmental Management; Environmental Diagnosis; Sustainable development, Pará, Brasil

Introdução

As pressões ambientais sobre os municípios da Amazônia são cada vez mais crescentes, uma vez que, essa região do Brasil sofre constantemente grandes danos relacionados a dilapidação de seus recursos naturais. Nos últimos anos, a preocupação com questões ambientais tomou proporções cada vez maiores, em razão do visível desequilíbrio existente na relação homem/natureza que gera impactos diretos na sociedade. Diante dessa situação, surge a necessidade de se pensar ações com o intuito de conciliar desenvolvimento e sustentabilidade. Diante dessa situação, buscou-se a elaboração de um diagnóstico que apresentasse a situação da gestão ambiental no município de Nova Esperança do Piriá, localizado na região Nordeste do Estado do Pará.

Às margens da PA-124, o município vive basicamente da agricultura, do comércio e da extração madeireira, explorada de forma ilegal, uma vez que não utiliza métodos de manejo e grande parte da madeira extraída advém da reserva indígena do Alto Rio Guamá. Apesar de deter outras atividades econômicas como comércio

e serviços, que juntos respondem por aproximadamente 69% da economia municipal oficialmente, a atividade madeireira tem forte expressão na geração de emprego e renda do município, porém, por se tratar de uma atividade em grande parte ilegal, não possui registros reais nos índices do IBGE. O diagnóstico elaborado para avaliar a gestão ambiental no município seguiu a proposta da GTZ¹, Agência Alemã de Cooperação Técnica, através da Matriz de Acompanhamento e Avaliação – A&A para o Sistema de Gestão Ambiental Municipal. A referida Matriz foi utilizada para auxiliar no Projeto de Gestão Ambiental Integrada – PGAI desenvolvido pela Secretaria Estadual do Meio Ambiente – SEMA e Coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente com o apoio administrativo do Banco Mundial, criado para operacionalizar o Subprograma de Política de Política de Recursos Naturais – SPRN.

A Matriz de Acompanhamento e Avaliação – A&A para o Sistema de Gestão Ambiental Municipal.

A Matriz de Acompanhamento e Avaliação – A&A é um “instrumento voltado para diagnosticar, planejar, acompanhar e avaliar a gestão ambiental do município (...)” (MAIA, 2008, p.18). Essa Matriz é organizada com base na identificação de diferentes variáveis que se relacionam com os diversos processos de implementação de um dado estágio. As variáveis que compõem a matriz são:

- Conselho de Meio Ambiente;
- Fundo Municipal de Meio Ambiente
- Arcabouço Legal;
- Órgão Municipal de Meio Ambiente;
- Infraestrutura;
- Corpo Técnico;
- Instrumentos de Gestão Ambiental.

São quatro estágios que compõem a Matriz de Acompanhamento e Avaliação – A&A para Sistema de Gestão Ambiental Municipal, conforme apresentados abaixo:

Quadro 01: Estágios que compõem Matriz de Acompanhamento e Avaliação – A&A.

Estágio 0 - Crítico	Órgão Ambiental Municipal sem condições mínimas para assumir a gestão municipal de meio ambiente.
Estágio 1 - Regular	Órgão Ambiental Municipal com condições de assumir parcialmente a gestão municipal de meio ambiente.
Estágio 2 - Bom	Órgão Ambiental Municipal com autonomia relativa e com sistema de gestão municipal de meio ambiente aparentemente implantado.
Estágio 3 - Desejável	Órgão Ambiental Municipal com autonomia e com sistema de gestão municipal de meio ambiente implantado.

Fonte: Elaborada pelas autoras.

¹ Atualmente, a Agência Alemã de Cooperação Técnica (GTZ) é denominada Cooperação Internacional Alemã (Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit- GIZ).

O **Estágio 0**: Órgão Ambiental Municipal sem condições mínimas para assumir a gestão municipal de meio ambiente tem como características:

- Inexistência de Órgão Municipal de Meio Ambiente;
- Inexistência e/ou precariedade da estrutura física do órgão ambiental municipal;
- Recursos humanos insuficientes;
- Ausência de qualquer instrumento legal para a implementação do Sistema de Gestão Ambiental;
- Inexistência de Conselho Municipal de Meio Ambiente;
- Ausência de Fundo Municipal de Meio Ambiente.

O **Estágio 1**: Órgão Ambiental Municipal com condições de assumir parcialmente a gestão municipal de meio ambiente tem como características:

- Existência de Órgão Municipal de Meio Ambiente;
- Estrutura física precária do órgão ambiental municipal;
- Recursos humanos relativamente qualificados, mas não suficiente para assumir as tarefas de licenciamento;
- Não dispõe de todos os instrumentos legais necessários para a efetiva implementação do Sistema de Gestão Ambiental.
- Fundo Municipal criado mas não regulamentado.
- Conselho implantado, mas não atuante.

O **Estágio 2**: Órgão Ambiental Municipal com autonomia relativa e com sistema de gestão municipal de meio ambiente aparentemente implantado tem como características:

- Estrutura física ainda incompatível para execução de todos os instrumentos da Política Municipal de Meio Ambiente;
- Recursos humanos qualificados e atuantes, porém com número insuficiente para assumir todas as tarefas de licenciamento;
- Ausência de Código Ambiental Regulamentado, Lei e Taxas para licenciamento, Plano Diretor e etc;
- Existência de Fundo Municipal de Meio Ambiente, mas sem prestação de contas ao Conselho;
- Conselho implantado, mas não atuante.

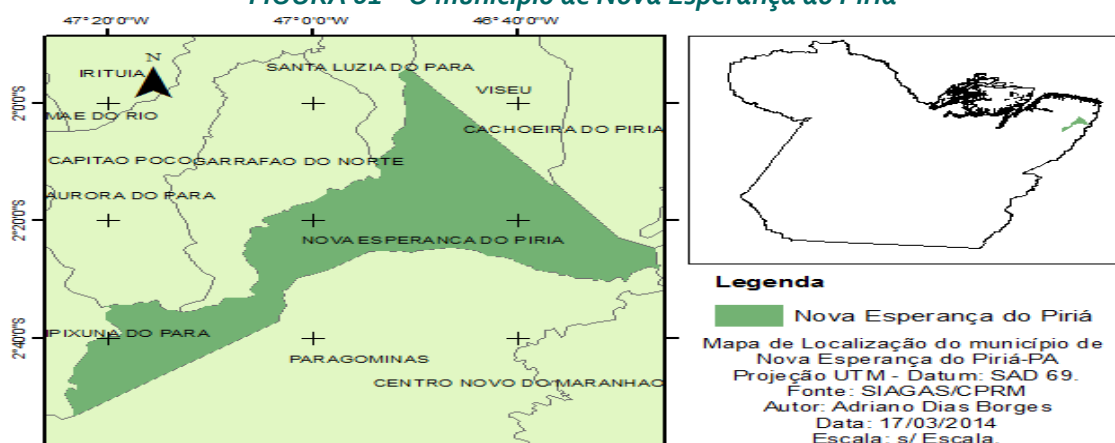
O **Estágio 3**: Órgão Ambiental Municipal com autonomia e com sistema de gestão municipal de meio ambiente implantado tem como características:

- Estrutura física própria e compatível para assumir as atividades;
- Recursos humanos qualificados e atuantes, com número suficiente para assumir todas as tarefas de licenciamento;
- Existência de Código Ambiental Regulamentado, Lei e Taxas para licenciamento, Plano Diretor e etc;
- Existência de um sistema de planejamento e operacionalização;
- Existência de Fundo Municipal de Meio Ambiente, mas sem prestação de contas ao Conselho;
- Conselho implantado e atuante.

O Município de Nova Esperança do Piriá e a Gestão Ambiental.

Nova Esperança do Piriá, desmembrado do município de Viseu, passou a categoria de município em 1993 através de um plebiscito. O município está localizado na mesorregião Nordeste do Estado do Pará, na Região de Integração Rio Capim e na Microrregião Guamá. É limítrofe a 7 (sete) municípios e o Estado do Maranhão, fazendo limite de maior extensão com os municípios de Paragominas e Garrafão do Norte. Sua área abrange 2.809, 312 km², com população estimada, em 2017, de 20.789 habitantes, segundo dados do IBGE, estando localizado a 283 km da capital paraense, com acesso através das rodovias BR-316 e BR-010 e das rodovias estaduais PA-124 e PA-253.

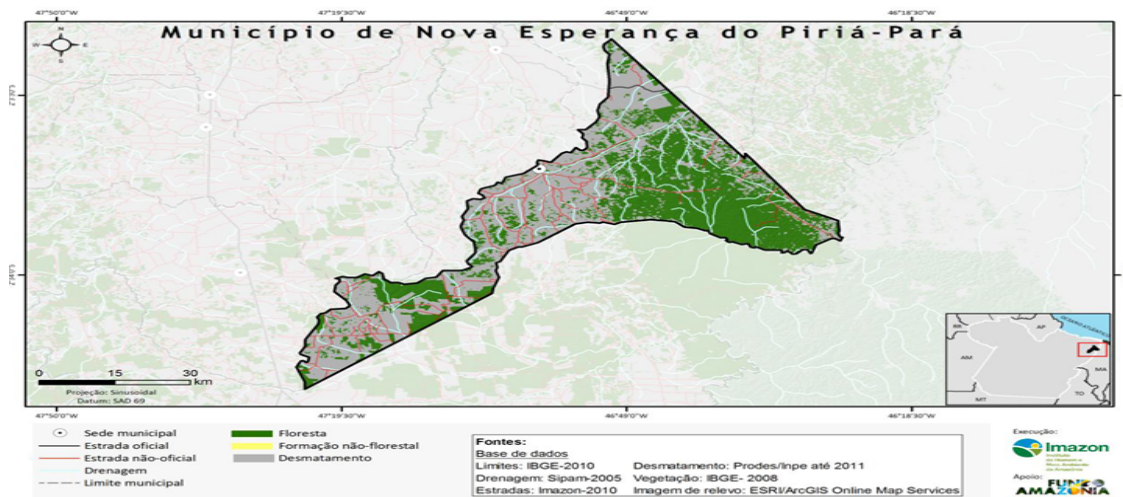
FIGURA 01 – O município de Nova Esperança do Piriá



Fonte: SIAGAS/CPRM (2014).

O município de Nova Esperança do Piriá, na última década (de 2002 a 2011) perdeu 292,2 km² de floresta nativa, com o pico de desmatamento de 109,6 km² em 2004, mantendo uma taxa razoável nos anos seguintes, tendo taxa anual de desmatamento sob controle, conforme dados do INPE (2012). Segundo dados fornecidos pelo Programa Municípios Verdes em parceria com o Idesp e o Imazon, o município de Nova Esperança do Piriá apresenta 46% de cobertura florestal remanescente, sendo que o maior estoque se encontra na porção sudeste, área correspondente a Reserva Indígena Alto Rio Guamá, bastante afetada pela atividade exploratória (Boletim “Indicadores Municipais” – Nova Esperança do Piriá - Relatório Municípios Verdes, S/D).

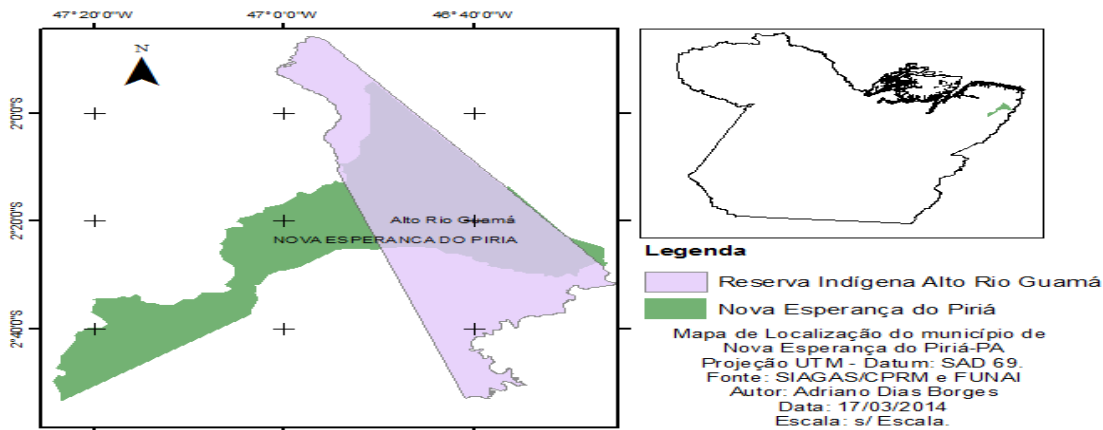
FIGURA 02 – Cobertura Vegetal do Município de Nova Esperança do Piriá.



Fonte: IDESP (2011)

A Reserva Indígena Alto Rio Guamá ocupa o total de 1.464 quilômetros quadrados do território municipal, o que corresponde a 52,2% do território municipal. Com a reserva indígena ocupando pouco mais da metade do município, argumenta-se que este acaba tendo dificuldade de se desenvolver economicamente, uma vez que, em áreas protegidas são limitadas as possibilidades de atividades produtivas, refletindo diretamente na receita desses municípios (NERY, 2006).

FIGURA 03 – Reserva Indígena Alto Rio Guamá



Fonte: SIAGAS/CPRM (2014)

O município de Nova Esperança do Piriá está localizado na Região de Integração do Rio Capim que é constituída por mais 15 municípios, sendo que do total de seu território, 4,31% são áreas protegidas, predominando terras indígenas. Dentre os municípios, Nova Esperança do Piriá é o que possui maior percentual de áreas protegidas, 52,39% de seu território, seguido por Paragominas que possui 5,11% de áreas protegidas. Essas áreas protegidas correspondem a Terra Indígena do Alto Rio Guamá.

A reserva abarcando grande parcela do município de Nova Esperança do Piriá acabou facilitando a invasão do território por pequenos agricultores, incentivado por políticos locais dos municípios de Garrafão do Norte e Nova Esperança do Piriá. Com essas invasões, houve um esgotamento significativo de parcelas substanciais dos recursos naturais em grande parte da região ao norte da terra indígena (DIAS, 2010). Grande parte da madeira beneficiada no município de Nova Esperança do Piriá é proveniente da Terra Indígena do Alto Rio Guamá.

Segundo o IDESP (2013), no ano de 2011, entre os municípios da Terra Indígena, Nova Esperança do Piriá e Paragominas foram os que apresentaram o maior índice de áreas desmatadas, 36,00 km² e 33,60km², respectivamente. O município de Paragominas vem diminuindo sua taxa de desmatamento consideravelmente no decorrer dos anos, em função da implantação de vários projetos e programas destinados a esse fim, entre eles, o Programa Municípios Verdes.

Na Estatística Municipal de Nova Esperança do Piriá (2016), elaborada pela Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças SEPOF, no ano de 2015, o município foi responsável pela produção 2.800 toneladas de madeira em tora.

O município possui forte dependência da atividade madeireira, afirmação sustentada não apenas pelos números apresentados, mas pela situação do município quando da execução de ações federais que fecham as serrarias transformando a cidade num verdadeiro caos.

A dependência da atividade madeireira pode ser comprovada através da Operação Caapora realizada no município no ano de 2009 que obrigou as autoridades públicas decretarem situação de calamidade pública, em função do alto índice de desemprego verificado após o fechamento das serrarias. A Operação Caapora fechou na época, 13 serrarias que funcionavam ilegalmente. Segundo informações da Assessoria de Comunicação do IBAMA, todas as áreas de exploração pertencem a Reserva Indígena Alto Rio Guamá, não possuindo nenhum plano de manejo aprovado.

Em função da situação econômica e social do município atrelado a falta de fiscalização, as serrarias voltaram a funcionar ilegalmente, tão logo o comboio do IBAMA deixou o município.

No ano de 2013 foi deflagrada a Operação “Hileia Pátria”, que teve por objetivo combater o desmatamento em áreas federais protegidas e, novamente fechou todas as serrarias que funcionavam ilegalmente no município, apreendendo madeira e equipamentos. No total foram fechadas sete serrarias, afetando cerca de 600 famílias que trabalhavam nas mesmas.

Segundo informações obtidas através da assessoria de comunicação da Ordem dos Advogados – OAB, representantes da Prefeitura Municipal de Nova Esperança do Piriá se reuniram com o presidente da OAB e membros das comissões de Direitos Humanos, Meio Ambiente e da Secretaria de Estado de Agricultura -SAGRI, para discutirem ações que viessem amenizar os efeitos da Operação, uma vez que segundo um vereador do município, a operação estaria causando graves consequências econômicas e sociais à população, já que uma parcela significativa depende diretamente das atividades nas serrarias.

Foi esclarecido aos representantes do município que para fomentar o debate junto ao Governo do Estado e IBAMA, seria necessária uma documentação que embasasse a situação do município. Assim, foi recomendado a elaboração de um relatório que enumerasse as dificuldades econômicas e sociais enfrentadas pelo município em função do fechamento das serrarias. Além disso, foi recomendado ainda, que se elaborasse uma lista das empresas que atuam na atividade madeireira de forma legal, comprovando que a madeira extraída não pertence a reserva federal.

Metodologia

O trabalho em questão trata-se de uma pesquisa qualitativa, embora também se utilize de dados quantitativos. Possui caráter exploratório, envolvendo levantamento de dados, entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado e análise da realidade local. A pesquisa é também explicativa, pois visa identificar fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência do fenômeno pesquisado.

Em um primeiro momento será realizado a construção do marco teórico através de levantamento bibliográfico referente a temática da pesquisa. Nessa etapa, serão apresentados conceitos relevantes que irão subsidiar o entendimento do tema proposto. A literatura utilizada foi baseada em fichamentos de algumas obras e textos utilizados no aprofundamento da discussão apoiados nas discussões das disciplinas e nas orientações acadêmicas.

Por se tratar de uma pesquisa que visa a sustentabilidade ambiental e o desenvolvimento local, julgou-se relevante abordar questões referentes à Gestão Ambiental Municipal e a municipalização da gestão ambiental no Estado do Pará, assim como discutir gestão e sustentabilidade tratando de conceitos como desenvolvimento sustentável e desenvolvimento local.

Para que a pesquisa possua um bom subsídio teórico buscar-se-á apresentar experiências de projetos de desenvolvimento local sustentável na Amazônia, a fim de avaliar o processo de implementação e os resultados dessas ações para validar a importância do trabalho em questão. As experiências apresentadas terão como base projetos referentes ao turismo ecológico, arranjos produtivos locais, consórcios municipais, assim como mostrará a importância de uma organização administrativa que planeje e dê suporte a esses projetos, priorizando a participação popular nas decisões.

Outra análise importante que se dará ainda no referencial teórico tratará da formação dos municípios paraenses com o intuito de analisar a contexto de criação do município de Nova Esperança do Piriá, município de pesquisa do presente trabalho. O desenvolvimento posterior da pesquisa abrangerá a análise documental dos arquivos da administração pública do município de Nova Esperança do Piriá, como a Lei Orgânica do Município e o PPA com o intuito de analisar os projetos voltados para a questão ambiental e para o desenvolvimento local do município. A análise documental será ponto de apoio na coleta de dados, pois ajudará na compreensão e na interpretação dos dispositivos teóricos sendo de fundamental importância na construção do trabalho.

Na evolução do trabalho, serão identificadas as principais atividades econômicas do município através de dados obtidos através de fontes oficiais e também através de pesquisa empírica, uma vez que atividades ilegais como extração madeireira em áreas de preservação assim como beneficiamento em estabelecimentos irregulares não são abarcadas pelos dados oficiais. Após a identificação das atividades econômicas será analisado o grau de importância dessas atividades para a economia do município.

Diagnóstico da Gestão Ambiental no Município de Nova Esperança do Piriá

Utilizando a Matriz de Acompanhamento e Avaliação – A&A para o sistema de gestão ambiental, avaliou-se cada indicador classificando o município em estágios que vão de 0 a 3, sendo 0 (um) crítico e 3 (três) a situação desejável de cada elemento que compõe matriz, que são as variáveis já discutidas anteriormente.

Conselho Municipal de Meio Ambiente: o município de Nova Esperança do Piriá aprovou na Câmara Municipal a lei de criação do Conselho Municipal de Meio Ambiente em 2004 e em 2013, com a aprovação da Política Municipal de Meio Ambiente, ficou criado também o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente - COMDEMA. Reitera-se que não sabemos tratar-se de dois Conselhos diferentes ou se a criação do COMDEMA ignorou completamente o Conselho já criado há anos atrás.

Ambos possuem atribuições concorrentes, porém o COMDEMA é bem mais amplo no que diz respeito às suas competências. A representatividade constante nas leis é bem parecida, contando com atores da sociedade civil organizada e de outros representantes, em sua maioria de entidades ambientalistas locais.

Apesar das legislações constituindo dois conselhos diferentes de meio ambiente, ambos nunca funcionaram efetivamente, uma vez que não há registro de posse de seus membros, nem tão pouco registro de alguma reunião. Foram propostas aprovadas na Câmara que até o momento não foram concretizadas.

Na Matriz de Acompanhamento e Avaliação – A&A o *estágio crítico* corresponde a inexistência de Conselho Municipal de Meio Ambiente, já o próximo estágio que é o *estágio regular* corresponde ao Conselho criado e com seus membros nomeados, porém com baixa participação.

Tomando como base essa escala, a situação do município ficaria no “meio termo”, uma vez que não podemos encaixá-lo no *estágio crítico*, uma vez que, legalmente, possui Conselho de Meio Ambiente, porém, não possui seus membros devidamente nomeados, dificultando sua inclusão no *estágio regular*. Apesar de não possuir todas as características do *estágio regular*, consideramos que esse estágio seria o mais adequado para lhe encaixar, uma vez que, apesar de não possuir membros nomeados, possui lei de criação com atribuições, representantes e normas de funcionamentos muito bem definidas, ou seja, um embrião para a formação de um conselho ativo, sendo injusto e indevido encaixá-lo no *nível crítico*.

Fundo Municipal de Meio Ambiente: a partir da Política Municipal de Meio Ambiente, temos aprovado a criação do Fundo Municipal de Meio Ambiente, definidos seus objetivos, composição e destinação de recursos, assim como constituição de ativos e passivos, além dos critérios para o exercício e coordenação administrativa e financeira.

Apesar de devidamente instituído por lei, o referido Fundo ainda não foi constituído concretamente, não havendo registro de conta bancária vinculada. Um agravante quanto à concretização do Fundo é que, segundo nos informou o Secretário de Meio Ambiente, a Secretaria Municipal de Meio Ambiente ainda está em via de regulamentação junto à Secretaria Estadual de Meio Ambiente – SEMA, logo não pode executar inúmeras funções, como licenciamento ambiental ou aplicação de multas, deixando de gerar importantes recursos para compor o Fundo. Outro empecilho é quando a falta de um conselho ativo, uma vez que, parte da Comissão de Gestão do FMMA deveria ser indicada pelo COMDEMA, assim como a prestação de contas deveria ser aprovada pelo referido Conselho.

Nesse contexto, identificou-se na Matriz de Acompanhamento e Avaliação – A&A, que o Fundo Municipal de Meio Ambiente do Município de Nova Esperança do Piriá, encontra-se em *estágio regular*, uma vez que, possui o FMMA criado, porém, este ainda não é regulamentado e não possui conta bancárias vinculada.

Arcabouço Legal: o município de Nova Esperança do Piriá possui algumas legislações referentes a questão ambiental. Podemos citar a Lei Orgânica Municipal, a Lei de reestruturação administrativa da prefeitura que cria a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Habitação – SEMMAH, a Lei de Criação do Conselho Municipal de Meio Ambiente – COMAM e mais recentemente, a Política Municipal de Meio Ambiente - PMMA, legislação mais completa e abrangente.

Dentre as leis citadas, as que abordam exclusivamente questões ambientais é a Lei de Criação do Conselho Municipal de Meio Ambiente – COMAM e a PMMA, sendo esta última, um grande avanço para uma gestão ambiental de qualidade, já que significa passo importante na implantação do Sistema Municipal de Meio Ambiente, demonstrando que o município se preocupa com as questões ambientais e está engajado no sentido de aprimorar seu sistema.

Na Matriz de Acompanhamento e Avaliação – A&A, no quesito Arcabouço Legal, a gestão ambiental do município de Nova Esperança do Piriá encontra-se no *estágio bom*, já que apesar de possuir um arcabouço legal ainda insuficiente para implantar a gestão ambiental, já tem aprovada sua Política Municipal de Meio Ambiente.

Órgão Municipal de Meio Ambiente: antes da Lei nº 101/2005, de 06 de maio de 2005, o órgão municipal de meio ambiente era representado pela Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento, Turismo e Meio Ambiente. A partir da aprovação da referida legislação, houve uma reestruturação administrativa na prefeitura e o setor de meio ambiente foi desmembrado passando a fazer parte da Secretaria de Meio Ambiente e Habitação. Claro que a reestruturação far-se-á de acordo com a dotação orçamentária do município. Apesar de não possuir uma secretaria específica, verificou-se a partir das legislações estudadas que é dada maior ênfase ao setor ambiental que é sempre apresentado e trabalhado mais detalhadamente quando trata da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Habitação – SEMMAH.

Nesse sentido, a partir da Matriz de Acompanhamento e Avaliação – A&A podemos determinar que, no quesito Órgão Municipal de Meio Ambiente, o município encontra-se no *estágio bom*, tendo uma secretaria mista, mas que dá maior ênfase a questão ambiental.

Infraestrutura: a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Habitação – SEMMAH de Nova Esperança do Piriá funciona em uma pequena sala dentro da prefeitura do município, contando com alguns computadores e uma impressora. Com essa verificação, percebeu-se que não há estrutura física e equipamentos para instalação dos departamentos que, segundo a PMMA, compõem a Secretaria de Meio Ambiente, no caso, o Departamento de Fiscalização, Monitoramento, Licenciamento Ambiental e Proteção de Recursos Naturais, Departamento de Gestão Ambiental e Departamento de Habitação. Com uma infraestrutura precária, esta foi encaixada na Matriz de Acompanhamento e Avaliação – A&A no nível regular, devido a carência de estrutura física e equipamentos que garantam um bom desenvolvimento da gestão.

Corpo Técnico: atualmente, na SEMMAH, além do Secretário e de uma secretária que executa funções administrativas, trabalham uma engenheira sanitária e ambiental e uma técnica em meio ambiente, ambas contratadas pela prefeitura. Com o concurso público realizado, espera-se um aumento no corpo técnico, já que das vagas ofertadas, identificou-se que na área de meio ambiente há uma vaga para engenheiro ambiental e uma vaga para engenheiro agrônomo, o que aumentaria o corpo técnico disponível na secretaria ambiental, garantindo a execução de diversas funções pretendidas pela secretaria conforme constam na PMMA.

Utilizando a Matriz de Acompanhamento e Avaliação A&A, em relação ao corpo técnico, encaixamos no estágio bom, uma vez que, possui corpo técnico qualificado, embora este ainda seja insuficiente para a realização das atividades inerentes à Secretaria de Meio Ambiente.

Instrumentos de Gestão Ambiental: segundo a PMMA, a gestão ambiental do município de Nova Esperança do Piriá contará com os seguintes instrumentos de gestão: Licenciamento Ambiental; Fiscalização Ambiental; Zoneamento Ecológico Econômico; Gerenciamento Fluvial; Monitoramento Ambiental; Educação Ambiental.

Apesar de constarem na PMMA, a maioria desses instrumentos ainda não estão implementados, uma vez que, conforme já tratado anteriormente, diversos fatores dificultam essa implementação como, infraestrutura ineficiente, corpo técnico reduzido, processo de legalização da secretaria junto a SEMA em andamento, entre outros entraves. A Matriz de Acompanhamento A&A, entende o estágio crítico como aquele em que os instrumentos de gestão ambiental não estão sendo implementados e o estágio regular como aquele que al-

guns instrumentos de gestão ambiental estão sendo implementados. No caso da gestão ambiental no município de Nova Esperança do Piriá, os instrumentos de gestão, embora ainda não estejam sendo efetivamente instalados, já constam na Política Municipal de Meio Ambiente, o que entendemos ser um avanço e um passo inicial para a concreta implementação, logo encaixaremos esse tópico no estágio regular, já que temos uma iniciativa no processo de implementação.

**Matriz de Acompanhamento e Avaliação - A&A para o
Sistema de Gestão Ambiental Municipal – Nova Esperança do Piriá-PA**

	Conselho Municipal de Meio Ambiente	Fundo Municipal de Meio Ambiente	Arcabouço Legal	Órgão Municipal de Meio Ambiente	Infraestrutura	Corpo técnico	Instrumentos de Gestão Ambiente
3. Desejável							
2. Bom			Arcabouço legal ainda insuficiente para implantar a gestão ambiental, embora já tenha aprovado sua Política Municipal de Meio Ambiente	Secretaria ainda que mista existente, com ênfase à questão ambiental.		Corpo técnico insuficiente e qualificado	
1. Regular	Conselho Ambiental Criado, porém, sem membros nomeados.	Fundo Municipal criado, mas não regulamentado e sem consta bancária vinculada.			Infraestrutura precária		Alguns instrumentos de gestão ambiental em via de implementação
0. Crítico							

Fonte: Elaboração própria com base na A&A.

A partir da análise realizada, com base na metodologia da GTZ, a partir da Matriz de Acompanhamento e Avaliação, a gestão ambiental no município de Nova Esperança do Piriá encontra-se em um estágio denominado *regular*, tendo condições de assumir parcialmente a gestão municipal de meio ambiente, já que possui um órgão municipal de meio ambiente que apesar de misto prioriza a questão ambiental; possui uma estrutura física precária do órgão ambiental; os recursos humanos parcialmente qualificados e em número insuficiente para assumir as tarefas de sua responsabilidade; não dispõe de todos os instrumentos legais necessários para efetivar a implantação do Sistema de Gestão Ambiental.

Embora, a partir da metodologia proposta, a gestão no município de Nova Esperança do Piriá seja classificada como regular, a partir de uma visão mais crítica, tal nível poderia ser questionado.

Partindo do pensamento de Bursztyn E Bursztyn (2006) *apud* Nascimento (2008), o alcance de uma boa gestão ultrapassa as variáveis utilizadas na Matriz de Acompanhamento e Avaliação, sendo um processo bem mais complexo, destacando diversas condições necessárias para o sucesso da gestão.

A primeira condição refere-se à *capacidade institucional*, isto é, as instituições públicas que atuam na política e na gestão ambiental devem ter suas missões claramente definidas, bem como seus instrumentos de ação estabelecidos. No município em questão apesar de algumas legislações, já verificamos que estas ainda não são suficientes para abarcar a missão da gestão, assim como não detalha seus instrumentos de ação.

As ações de poder público assim como seus processos decisórios não possuem regras claras e não possuem publicidade, já que os canais de interlocução entre a administração e a sociedade são deficitários, não sendo comum a realização de audiências públicas, além da inexpressividade de colegiados consultivos, que apesar de constituídos em lei, nunca foram efetivados, prejudicando duas condições básicas para a boa gestão: *transparência e participação*.

A *sustentabilidade institucional e a continuidade* são condições extremamente frágeis no município devido a descontinuidade da gestão, isto é, a cada mandato, “começa-se do zero”, já que não existe uma cultura de perpetuação das políticas e projetos, que dificilmente são concluídos quando da alternância da gestão. Assim, verificamos que as instituições são frágeis e intermitentes, prejudicando o desenvolvimento do município de forma sustentável.

As ações do poder público devem envolver uma série de atores sociais na operacionalização, como ONGs ou empresas, assim como instituir uma cultura em que os diversos atores sociais sintam-se representados pelos mecanismos públicos de gestão ambiental, obedecendo aos princípios da *gestão partilhada e da coresponsabilidade*, princípios ainda frágeis na gestão do município em questão.

Os *recursos humanos* presentes no município para tratar da gestão ambiental são ainda insatisfatórios, pois o número é insuficiente, frente aos complexos problemas ambientais, o que impossibilita uma série ações que demandariam um maior número de profissionais.

Diante do quadro exposto, torna-se imprescindível pensar ações que impulsionem o desenvolvimento da gestão ambiental para níveis mais altos. Para tanto, o município deve investir em profissionais legalmente habilitados para o desempenho de suas funções, assim como investir em equipamentos e infraestrutura para o suporte administrativo, também irá garantir a operacionalidade das atividades.

O incentivo na elaboração de programas para a capacitação de recursos humanos é imprescindível para o preparo e reciclagem dos técnicos, para assim garantir-lhes condições de exercer suas funções a partir de uma visão da totalidade, conseguindo pensar em ações que contribuam para uma melhor qualidade ambiental, econômica e social.

Outro fator de vital importância é constituição de parcerias entre diversos atores, entre eles, governo, setor privado, municípios próximos, organizações não governamentais, sociedade civil, universidade, centros de pesquisa, entre outros, que com certeza contribuirão nessa jornada através da troca de informações e acordos que possam beneficiar ambas as partes.

Deve-se lembrar da importância da educação ambiental que deverá permear todos os projetos e programas desenvolvidos no município, pois parte-se do princípio que, através da educação, podemos empreender mudanças de atitudes frente a questões como desperdício e sustentabilidade, sendo decisiva nas transformações sociais.

Não se pode deixar de citar a importância da participação da sociedade civil em todos esses processos, daí a necessidade urgente de se implementar o Conselho Municipal de Meio Ambiente, uma vez que, através deste teremos maior envolvimento da sociedade civil que garantirá maior transparência nas ações do governo local, além de ser um canal de comunicação com a população que poderá ter voz nas decisões que antes eram tomadas, muitas vezes de forma arbitrária.

Com maior participação popular através de representantes da sociedade civil e com o envolvimento dos representantes das principais atividades econômicas do município será possível pensar alternativas que venham beneficiar a população sem necessariamente prejudicar o meio ambiente.

Com um sistema de gestão ambiental devidamente estruturado, e enfatizando sempre o envolvimento popular, será possível através de estudos e relatórios além de fóruns de discussões, propor alternativas econômicas que possam colaborar com o desenvolvimento social do município, através da dinamização da economia, fazendo com que o município venha depender cada vez menos de atividades exploratórias para se desenvolver, como é o caso da atividade madeireira.

É imprescindível a utilização de outros meios de arrecadação de renda, como a regularização de atividades econômicas e o incentivo a atividades menos degradantes. Não se pode admitir que uma das principais atividades econômicas do município seja uma atividade ilegal constantemente passível de intervenção.

O poder público municipal juntamente com a sociedade civil precisa encarar o desafio de introduzir no município a premissa da sustentabilidade aliada ao desenvolvimento local, sendo esses dois conceitos a base do planejamento municipal, e os norteadores de qualquer ação empreendida em prol da comunidade.

Para tanto, alguns desafios precisam ser superados. O primeiro desafio é a criação de uma cultura social e institucional, através de uma rede de relacionamentos capaz de gerir suas competências e potencialidades de forma cooperativa, valorizando o incremento do capital local. Outro desafio a ser vencido é o rompimento da tradicional forma de planejar e executar políticas públicas, que trata a administração pública como um simples provedor de necessidades básicas, sem a estimulação da criação de competências e instrumentos da sociedade civil.

Considerações finais

Conciliar desenvolvimento e sustentabilidade não é tarefa fácil, principalmente nos pequenos municípios da Amazônia que possuem uma tradição perversa de degradação ambiental e pouco dinamismo econômico, fazendo com que esses municípios dependam prioritariamente de repasses federais para se manterem. Porém, apesar de difícil, essa tarefa não é impossível, desde que as potencialidades do município venham a ser trabalhadas em prol da população.


Analisando a atual situação do município de Nova Esperança do Piriá percebe-se que parte do seu território, tem sua cobertura vegetal drasticamente fragilizada, havendo desmatamento considerável dentro de áreas indígenas, além da forte dependência da extração madeireira. Portanto, entende-se a necessidade da intensificação da fiscalização nesses locais, a fim de coibir tais ações.

Como o município é dependente de atividades exploratórias, vê-se a necessidade de se pensar novas atividades para o desenvolvimento do município, ou potencializar atividades sustentáveis que possuem pouca expressividade, seja por falta de conhecimento ou por falta de incentivos por parte da gestão.

São condições primordiais para o desenvolvimento do município, inicialmente, a busca de maior regularização ambiental e fundiária, a fim de se ajustar perante critérios estabelecidos por lei, abrindo portas para alocação de incentivos econômicos e fiscais, planos, programas e projetos da União visando ao desenvolvimento econômico e social em bases sustentáveis. Conforme a apresentação da Matriz de Acompanhamento e Avaliação, o nível regular foi o que mais se aplicou a partir das variáveis estudadas para o município de Nova Esperança do Piriá, porém entende-se que tal metodologia não apresenta a real situação do município, uma vez que, avaliando as condições necessárias para uma boa gestão, conforme autores apresentados anteriormente, o nível de gestão do município em questão melhor se encaixaria no nível crítico, devido principalmente, a baixa capacidade institucional, os baixos níveis de transparência e participação, a falta de continuidade das políticas públicas, assim como a carência de recursos humanos devidamente qualificados.

Ainda são empecilhos para uma boa gestão, a baixa participação popular nos assuntos relacionados à questão ambiental, a infraestrutura precária e a carência de ações do poder público no que diz respeito a criar alternativas sustentáveis na garantia do desenvolvimento no seu sentido mais amplo, isto é, que equilibre o crescimento econômico, com a qualidade ambiental e, conseqüentemente, social.

No município de Nova Esperança do Piriá, a partir de uma abordagem mais prática e concreta, para que se alcance o desenvolvimento local discutido, tornam-se necessários investimentos na agricultura familiar, reforçando a cultura do associativismo e do cooperativismo. É primordial também a implementação de infraestrutura que venha propiciar uma melhor qualidade de vida para a população, como saneamento básico, saúde, educação e outros. A atividade do turismo é também um grande atrativo, uma vez que o município possui diversos balneários e sítios que com o apoio necessário, poderiam estruturar-se, tornando-se áreas de lazer, transformando em um forte gerador de emprego e renda. Para atrair maior número de turistas ao município, este poderia organizar, no mínimo, um grande evento por ano que se tornaria um diferencial do município, incorporando-se à cultura local.

Com a dinamização da economia, o município deixaria de ser dependente de atividades exploratórias e começaria a encontrar novas formas de se desenvolver. Vale frisar a importância de investimentos na área da educação, em especial na disponibilização de cursos para a população rural, como oficinas que divulguem formas sustentáveis de técnicas agropecuárias e de manejo florestal. 

Referências

Bordalo, C. A. L. 2007. Gestão Ambiental no Estado do Pará. In: ROCHA, G. de M. Gestão Ambiental: Desafios e Experiências Municipais no estado do Pará. Belém: NUMA/UFPA, EDUFRA.

BRASIL, República Federativa do. 1981. Política Nacional de Meio Ambiente (Lei Nº 6938). Brasília: Senado Federal.

_____. 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal.

- Bursztyn, Maria A.; A. Bursztyn, Marcel. 2006. Gestão Ambiental no Brasil: arcabouço institucional e instrumentos. In: NASCIMENTO, Elimar P. e VIANNA, João N. Economia, meio ambiente e comunicação. Ed. Garamond: Rio.
- Dias, Claudionor Lima. 2010. O povo Tembé da terra Indígena Alto Rio Guamá: construindo vias de desenvolvimento local ?. 82f. Dissertação (mestre em gestão de Recursos Naturais e desenvolvimento Local na Amazônia). – Núcleo de Meio Ambiente, Universidade Federal do Pará, Belém.
- IBAMA. 2006. Cadernos de Formação volume 1: Política Nacional de Meio Ambiente. Ministério do Meio Ambiente. Brasília: MMA.
- _____. 2006. Cadernos de Formação volume 2: Como estruturar o Sistema Municipal de Meio Ambiente. Brasília: MMA.
- _____. 2006. Cadernos de Formação volume 3: Planejando a intervenção ambiental no município.: MMA.
- _____. 2006. Cadernos de Formação volume 4: Instrumentos da gestão ambiental municipal. MMA.
- _____. 2006. Cadernos de Formação volume 5: Recursos para a gestão ambiental municipal. Brasília: MMA.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- Instituto de Desenvolvimento Econômico Social e Ambiental do Pará. 2011. Perfil da gestão ambiental dos municípios paraenses: Programa Municípios Verdes/Belém: IDESP.
- Instituto de Desenvolvimento Econômico Social e Ambiental do Pará. 2012. Indicadores de Qualidade Ambiental dos Municípios da Região de Integração Rio Capim. Pará.- Belém: IDESP.
- Jacobi, P. 1999. Poder Local, Políticas Sociais e Sustentabilidade. Revista Saúde e Sociedade 8 (1): 31-44.
- Nery, M. A. 2006. ICMS Ecológico: Análise do Desenho Brasileiro de um Subsídio Ambiental. 98 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Centro de Estudos em Economia, Meio Ambiente e Agricultura, Universidade de Brasília, Brasília.
- Programa Municípios Verdes. Boletim "Indicadores Municipais". Nova Esperança Do Piriá. s/d
- Rabelo. P. C. B. 2009. OS TEMBÉ DO ALTO RIO GUAMÁ: O grito silenciado da floresta. Belém: Instituto de Ciências Jurídicas/UFGPA.
- Souza, Narda M.C.G. 2013. Gestão ambiental pública na Amazônia brasileira: uma análise do projeto de gestão ambiental integrada no estado do Pará. 2013. 270f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) – Universidade Federal do Pará. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. Belém.
- Souza, C. 2006. Políticas Públicas: uma revisão de literatura. Sociologias. Porto Alegre: ano 8, n. 16, p. 20-45.
- Souza, A. L. de. 2002. Desenvolvimento sustentável, manejo florestal e o uso dos recursos madeireiros na Amazônia: desafios, possibilidades e limites. Belém: UFGPA/NAEA.
- Souza, M. P. 2012. Instrumentos de gestão ambiental: fundamentos e prática. São Carlos: Riani Costa.
- SEPOF. 2016. Estatística Municipal. Nova Esperança do Piriá. IDESP..

Sobre los autores/ About the authors

Aerlen Clíssia Freitas Borges possui Mestrado em Gestão Pública para o Desenvolvimento pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - NAEA da Universidade Federal do Pará; Possui Licenciatura Plena em Geografia pelo Instituto Federal do Pará. Atualmente é professora colaboradora na Universidade Federal Rural da Amazônia, atuando no Programa de Formação de Professores (PARFOR). É assistente em Administração na Universidade Federal Rural da Amazônia. Atua principalmente nas áreas de Gestão Pública, Gestão Ambiental; Educação Ambiental e Gestão Pública Municipal. Leila Márcia Sousa de Lima Elias é Doutora em Desenvolvimento Socioambiental pelo NAEA/UFPA. Mestre em Gestão e Desenvolvimento Regional pela UNITAU/SP, com Especialização em Sistemas de Informações Gerenciais pela UFPA e Gestão Pública pelo CESUPA/PA. Graduada em CIÊNCIAS CONTÁBEIS pela Universidade da Amazônia (1998). Atualmente é Professora do Mestrado de Gestão Pública do NAEA/UFPA. Pesquisadora do CNPQ/UFPA e NECMA/USP. Professora de Nível Superior, em Graduação e Pós-Graduação, das seguintes disciplinas: Contabilidade Pública, Orçamento Público, Contabilidade Básica, Estrutura das Demonstrações Contábeis, Análise das Demonstrações Financeiras, Teoria da Contabilidade e Finanças (Análise de Investimentos, Análise de Crédito, Planejamento do Fluxo de Caixa). Autora de artigos e capítulos de livros, nas áreas pública e ambiental. Com experiência profissional em grandes organizações, públicas e privadas, nas áreas de Gestão e Gerenciamento de Projetos, Auditoria e Controle Interno e Externo, Gestão Pública com ênfase em Licitações, Contratos Administrativos, Contabilidade Pública, Orçamento Público, Execução Orçamentária e Financeira e Finanças Públicas. Membro da Academia Brasileira de Ciências Contábeis.

URL estable documento/stable URL

<http://www.gigapp.org/ewp>

El Grupo de Investigación en Gobierno, Administración y Políticas Públicas (GIGAPP) es una iniciativa impulsada por académicos, investigadores y profesores Iberoamericanos, cuyo principal propósito es contribuir al debate y la generación de nuevos conceptos, enfoques y marcos de análisis en las áreas de gobierno, gestión y políticas públicas, fomentando la creación de espacio de intercambio y colaboración permanente, y facilitando la construcción de redes y proyectos conjuntos sobre la base de actividades de docencia, investigación, asistencia técnica y extensión.

Las áreas de trabajo que constituyen los ejes principales del GIGAPP son:

1. Gobierno, instituciones y comportamiento político
2. Administración Pública
3. Políticas Públicas

Información de Contacto

Asociación GIGAPP.
ewp@gigapp.org